



**TJ-MT**  
*Técnico Judiciário*

## **LÍNGUA PORTUGUESA**

EXERCÍCIOS .....	1
GABARITO .....	21

## **RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO**

EXERCÍCIOS .....	1
GABARITO .....	21

## **LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL**

EXERCÍCIOS .....	1
GABARITO .....	5

## **NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO**

EXERCÍCIOS .....	1
GABARITO .....	20

## **NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL**

EXERCÍCIOS .....	1
GABARITO .....	20

## **NOÇÕES DE DIREITO CIVIL**

EXERCÍCIOS .....	1
GABARITO .....	22

## **NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

EXERCÍCIOS .....	1
GABARITO .....	28

# SUMÁRIO



## **NOÇÕES DE DIREITO PENAL**

EXERCÍCIOS .....	1
GABARITO .....	23

## **NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL**

EXERCÍCIOS .....	1
GABARITO .....	24

# **SUMÁRIO**



### 1. FGV - 2024

Assinale a opção em que os três vocábulos estão grafados de forma **correta**.

- (A) caixa / rebaixar / mecher.
- (B) chícara / chuchu / mexerico.
- (C) xarope / enchova / encharcar
- (D) engrachar / enxoval / caxumba.
- (E) puxar / lixeira / enxente.

### 2. FGV - 2022

#### Texto 2

“O alfabeto? É um pouco difícil saber exatamente o que o ‘o’ significa, porque existem vários assim chamados alfabetos que não começam por a e b. Ogham, o sistema do irlandês antigo, começava com BLF; a escrita medieval alemã, o rúnico, cujos caracteres se chamavam runas, começavam com seis letras que lhe deram o nome. O etíope começava com h-l. ( . ) Porém, apesar das modificações, persistia um ideal comum: captar os sons da fala por meio de um conjunto de duas ou três dúzias de sinais únicos, cada um dos quais correspondendo a um som falado. Na verdade, como veremos, trata-se de uma vã esperança.” A falta de correspondência perfeita entre os sons e as letras aparece em nossa língua numa série de pontos.

Assinale a opção em que isso não aparece comprovado nos exemplos.

- (A) a presença do H mudo em alguns vocábulos: honra, herói.
- (B) a possibilidade de duas letras representarem o mesmo som: asa, azar.
- (C) a existência de sons que podem ser representados de formas diferentes: roupa, carro.
- (D) a dupla grafia de uma mesma palavra: alevantar/levantar.
- (E) a presença de uma grafia única para diferentes pronúncias como nas de Brasil e Portugal; fazê (BR), fazeire (PT).

### 3. FGV - 2024

Assinale a frase em que a grafia do “porquê” está correta.

- (A) Você certamente sabe por que acreditar num deus.
- (B) Gostaria de saber porque as pessoas boas dormem melhor à noite do que as pessoas más.
- (C) Muita luz também é ruim por que não deixa ver.
- (D) Amaria saber por quê não acreditar em Deus.
- (E) Deus criou o homem porquê ficou desapontado com o macaco.

**1. FGV - 2024**

Em uma urna A há 6 bolas iguais numeradas de 1 a 6 e em uma urna B há 7 bolas, também iguais, numeradas de 7 a 13. Retira-se aleatoriamente uma bola de cada urna.

A probabilidade de a soma dos números das bolas sorteadas ser maior do que 16 é:

(A)  $\frac{6}{13}$

(B)  $\frac{5}{14}$

(C)  $\frac{1}{6}$

(D)  $\frac{1}{7}$

(E)  $\frac{2}{21}$

**2. FGV - 2024**

Um dado comum tem forma cúbica com faces numeradas de 1 a 6. Se esse dado for lançado duas vezes consecutivas, a probabilidade de que a soma dos resultados obtidos seja maior do que 8 é igual a

(A)  $1/3$ .

(B)  $4/11$ .

(C)  $5/12$ .

(D)  $5/18$ .

(E)  $7/18$ .



### 1. UFMT - 2016

Conforme o Código de Organização Judiciária de Mato Grosso (COJE), aos Juízes de Direito, no exercício da Direção do Foro, compete, privativamente, entre outras atribuições:

- (A) conceder aposentadoria aos Servidores da Justiça que completarem o período aquisitivo nos termos da legislação brasileira.
- (B) conceder férias aos Servidores da Justiça, justificar-lhes as faltas, decidir quanto aos pedidos de licença, até 30 dias por ano, e informar os de maior período.
- (C) conceder remoção aos Servidores da Justiça, a bem do serviço público e do interesse da organização judiciária do Estado.
- (D) demitir a bem do serviço público os Servidores da Justiça que incorrerem em infrações gravíssimas, previstas pelo Regimento Interno do Tribunal de Justiça

### 2. UFMT - 2016

De acordo com o Código de Organização Judiciária de Mato Grosso (COJE), entre outras, é atribuição dos contadores:

- (A) Organizar os cálculos de liquidação das taxas de herança e legados nos inventários e arrolamentos e na extinção de usufruto ou fideicomisso.
- (B) Realizar os cálculos de liquidação de sentença a pedido das partes.
- (C) Organizar os cálculos para expedição de alvará às partes.
- (D) Gerir a conta única dos depósitos judiciais.

### 3. UFMT - 2016

Os servidores do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso tomarão posse, segundo o COJE – Código de Organização Judiciária do Estado de Mato Grosso (Lei n.º 4.964/1985; Lei complementar n.º 281/2007), perante o:

- (A) Presidente do Tribunal.
- (B) Corregedor Geral.
- (C) Juiz de Direito.
- (D) Diretor do fórum da capital.

### 4. UFMT - 2016

De acordo com o COJE – Código de Organização Judiciária do Estado de Mato Grosso (Lei n.º 4.964/1985; Lei complementar n.º 281/2007), **NÃO** são órgãos do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso:

- (A) Tribunal de Justiça e Tribunal do Júri.
- (B) Conselho de Justiça Militar Estadual e Escola Superior da Magistratura do Estado de Mato Grosso.



### 1. FGV - 2023

Guilherme, agente público, compareceu à sede da Administração Pública, postulando a emissão de uma certidão versando sobre a sua situação funcional, sendo imediatamente atendido.

Nesse cenário, a certidão é uma espécie de ato administrativo:

- (A) enunciativo;
- (B) ordinatório;
- (C) de controle;
- (D) negocial;
- (E) punitivo.

### 2. FGV - 2023

Sociedade Sagaz solicitou determinado ato administrativo, cujo deferimento depende da margem de escolha conferida pelo ordenamento ao agente competente, ou seja, da conveniência e oportunidade na ponderação dos motivos e na escolha do objeto, mediante motivação por ele realizada.

O caso relatado trata de ato administrativo

- (A) vinculado.
- (B) discricionário.
- (C) consensual.
- (D) delegatário.

### 3. FGV - 2021

O presidente da Câmara Municipal designou Maria, servidora pública estável ocupante do cargo efetivo de assistente administrativo, para exercer a função de confiança de chefe de gabinete da presidência, a fim de assessorá-lo.

De acordo com a classificação do ato administrativo quanto ao grau de liberdade do administrador público, o mencionado ato de designação de Maria é um ato administrativo:

- (A) vinculado, pois todos os seus elementos já estão previamente definidos em lei;
- (B) composto, pois a sua concretização ocorre apenas com a publicação no diário oficial;
- (C) declaratório, pois indica que a servidora terá novas atribuições no exercício da função pública;
- (D) discricionário, pois o gestor público possui liberdade nos termos da lei para escolha do servidor que será designado;
- (E) normativo, pois decorre de uma faculdade prevista em lei e vincula a todos os administrados.



### 1. FGV - 2024

João, Deputado Federal, observou que o menor desenvolvimento de certas regiões do país contribuía para o aumento da pobreza nesses locais, daí decorrendo grandes diferenças em relação à qualidade de vida dos habitantes de outras regiões. Por tal razão, almeja apresentar uma proposição legislativa com o objetivo de alterar esse quadro.

Ao consultar sua assessoria a respeito da compatibilidade desse objetivo com os princípios fundamentais da Constituição da República, foi **corretamente** informado a João que

- (A) as desigualdades sociais devem ser afastadas a partir do fortalecimento unitário e uniforme da federação, o que impede que João realize os seus objetivos.
- (B) as opções políticas das maiorias ocasionais não são limitadas pela ordem constitucional, o que ampara o objetivo almejado por João.
- (C) as iniciativas legislativas devem ser direcionadas ao desenvolvimento nacional, o que afasta a possibilidade alvitada por João.
- (D) o objetivo fundamental de reduzir as desigualdades regionais ampara o objetivo almejado por João.
- (E) o paradigma de igualdade entre pessoas e instituições obsta o fim alvitado por João.

### 2. FGV - 2024

De acordo com o artigo 1º da Constituição Federal, a República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito, consiste em um de seus fundamentos

- (A) a soberania popular com a democracia direta.
- (B) a liberdade de expressão irrestrita.
- (C) a dignidade da pessoa humana.
- (D) o incentivo a livre concorrência sem qualquer intervenção do Estado.
- (E) a polarização político-partidária.

### 3. FGV - 2024

Luiz, jornalista, preparou uma reportagem sobre a importância da Constituição Federal para a sociedade brasileira de uma forma geral, dando especial atenção, no seu texto, a um determinado fundamento da República Federativa do Brasil.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que a República Federativa do Brasil tem como fundamento

- (A) o repúdio ao terrorismo e ao racismo.
- (B) a prevalência dos direitos humanos.
- (C) a solução pacífica dos conflitos.
- (D) a igualdade entre os Estados.
- (E) a soberania.

**1. FGV - 2024**

Maurício, adolescente de 15 anos de idade, sempre sonhou se dedicar ao futebol. Desde muito cedo, ele se dedicou ao esporte e logo começou a participar de competições, sendo eventualmente contratado por um clube para jogar nas categorias de base. Compreendendo que seu filho já dispunha de maturidade suficiente para tomar suas próprias decisões e que um pouco mais de autonomia facilitaria sua atividade profissional como jogador de futebol, os pais de Maurício decidiram emancipá-lo, logrando formalizar o ato de emancipação junto ao cartório competente do Registro Civil. Já no dia seguinte ao registro do ato de emancipação, Maurício firmou um contrato publicitário com uma fabricante de equipamentos esportivos, sem o conhecimento de seus pais.

De acordo com o Direito Civil Brasileiro, deve-se considerar que esse contrato é:

- (A) válido, pois Maurício deve ser considerado plenamente capaz, apesar de menor de idade;
- (B) anulável, mas pode ser confirmado pelos pais de Maurício, tornando-se válido;
- (C) inválido, pois a emancipação de Maurício é nula de pleno direito;
- (D) nulo, pois a emancipação de Maurício foi limitada aos atos diretamente relacionados com sua atividade profissional;
- (E) formalmente inválido, mas tem sua eficácia reconhecida por força do ato de emancipação.

**2. FGV - 2023**

No dia de seu aniversário de 16 anos, Aline conheceu seu namorado, Gustavo. Quatro meses depois, quando Gustavo completou a maioridade civil, decidiu pedi-la em casamento. Os dois se casaram já no mês seguinte, com o consentimento dos pais de Aline. O casal viveu em harmonia nos primeiros meses, mas Aline acabou se envolvendo em um relacionamento extraconjugal que culminou no divórcio com Gustavo, semanas depois de terem completado um ano de casados. Já tendo experimentado um casamento e um divórcio aos 17 anos de idade, Aline decidiu seguir devagar com seu novo relacionamento afetivo e priorizar o seu futuro profissional. Por isso, matriculou-se em um curso profissionalizante oferecido por uma conceituada instituição privada de ensino. Tendo saído da casa de seus pais há mais de um ano, Aline nada comunicou a eles acerca dessa decisão.

Considerando as circunstâncias pessoais de Aline, é correto afirmar que a contratação da instituição de ensino por Aline é:

- (A) plenamente válida, independentemente de posterior ratificação do ato pelos pais da jovem;
- (B) anulável, mas produz efeitos enquanto não for pedida sua anulação, por ser a jovem relativamente incapaz;
- (C) inválida, tendo em vista a revogação da emancipação voluntária que fora concedida à jovem por seus pais;
- (D) válida, mas permanece ineficaz enquanto a jovem não adquirir a capacidade civil plena;
- (E) anulável, tendo em vista a cessação da causa de emancipação legal da jovem.



## 1. FGV - 2023

Mário, Carlos e Antônio, estudiosos de Direito, debatiam a respeito da aplicação das normas processuais.

Mário afirmou que o Código de Processo Civil adota a teoria do isolamento dos atos processuais, de sorte que a norma processual em geral tem aplicação imediata aos processos em curso. Carlos, por sua vez, indicou que o princípio da territorialidade é absoluto, de modo que tratados internacionais não podem excepcionar a aplicação das normas processuais no território nacional.

Antônio, por fim, sustentou que o Código de Processo Civil é aplicável de forma supletiva aos processos eleitorais e trabalhistas, porém, em relação aos processos administrativos, tal aplicação foi declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

Tomando o debate acima como premissa, é possível afirmar que

- (A) os três estão totalmente corretos em suas afirmações.
- (B) os três estão totalmente errados em suas afirmações.
- (C) Mário está totalmente correto, ao passo que Carlos e Antônio estão totalmente errados em suas afirmações.
- (D) Mário e Carlos estão parcialmente corretos em suas colocações, enquanto Antônio está totalmente correto.
- (E) Mário está totalmente correto, Carlos está totalmente errado e Antônio está parcialmente correto em suas afirmações.

## 2. FGV - 2023

O Código de Processo Civil dedicou capítulo próprio para tratar das normas fundamentais do processo civil. Mais do que meras diretrizes interpretativas, as normas fundamentais possuem força cogente e repercutem na aplicação de diversos institutos processuais.

A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- (A) A boa-fé processual impõe às partes o dever de adotar comportamento ético e leal no curso do processo, tratando-se de irradiação do princípio da boa-fé objetiva, oriundo do Direito Privado.
- (B) O dever de fundamentação das decisões judiciais impede o uso da fundamentação per relationem, a qual é refutada pelo Superior Tribunal de Justiça após o advento do CPC de 2015.
- (C) Em razão da obrigatoriedade da observância da ordem cronológica de conclusão, juízes e tribunais, em nenhuma hipótese, poderão proferir decisões que não sigam tal ordem, sob pena de nulidade da decisão e responsabilização administrativa e civil do magistrado prolator.
- (D) Conquanto se trate de direito fundamental, a duração razoável do processo não foi replicada expressamente como norma fundamental do processo civil, pelo que sua aplicação é restrita aos processos de natureza penal.
- (E) Em nome do contraditório prévio, ressalvadas as matérias sobre as quais pode decidir de ofício, é vedado ao magistrado decidir com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar.



### 1. FGV - 2023

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu artigo 4º, diz que é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

A referida prioridade compreende

- (A) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias.
- (B) manter alojamento conjunto, possibilitando ao neonato a permanência junto à mãe.
- (C) acesso à escola pública no mesmo estabelecimento que os irmãos que frequentem.
- (D) estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas restrições legais.
- (E) tramitação os processos de adoção em que o adotando for pessoa com deficiência.

### 2. FGV - 2022

Avalie se, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, as seguintes afirmativas estão corretas:

I. A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana.

II. As crianças e os adolescentes têm direitos garantidos, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem.

III. É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) II e III, apenas.

### 3. FGV - 2023

*Crianças e adolescentes têm os mesmos direitos humanos gerais que os adultos e também direitos específicos que reconhecem suas necessidades especiais. As crianças e os adolescentes não são propriedade de seus pais nem são objetos indefesos de caridade. Eles são seres humanos e são sujeitos de seus próprios direitos.*

*Adaptado de UNICEF. Os direitos das crianças e dos adolescentes e por que eles são importantes. Site.*

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o direito específico à Liberdade compreende os seguintes aspectos, à exceção de um. Assinale-o.

- (A) opinião e expressão.

**1. FGV - 2024**

Após ser cientificado sobre a existência de uma investigação em curso em seu desfavor, Caio entrou em contato com João, amigo de longa data e advogado atuante na seara criminal, o qual lhe orientou tecnicamente, informando-o sobre os regramentos aplicáveis ao inquérito policial e os desdobramentos daí decorrentes. Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que

- (A) nos crimes em que não couber ação pública, os autos do inquérito serão remetidos ao Ministério Público, onde aguardarão a iniciativa do ofendido ou de seu representante legal, ou serão entregues ao requerente, se o pedir, mediante traslado.
- (B) o Ministério Público não poderá requerer a devolução do inquérito à autoridade policial, senão para novas diligências, imprescindíveis ao oferecimento da denúncia.
- (C) a autoridade policial poderá mandar arquivar autos de inquérito, desde que não haja prova da materialidade delitiva e indícios suficientes de autoria.
- (D) depois de arquivado o inquérito policial, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial somente poderá desarquivá-lo se obtiver provas novas.
- (E) a autoridade policial assegurará, no inquérito, a publicidade inerente aos atos públicos, salvo decisão judicial em sentido contrário.

**2. FGV - 2024**

Durante um encontro entre amigos de infância, todos formados em Direito, João, Delegado de Polícia, foi indagado sobre o dia-a-dia da atividade desempenhada. Desta forma, o agente público acabou por tecer comentários sobre a presidência do inquérito policial, atraindo a atenção de todos os presentes. Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que

- (A) o inquérito deverá terminar no prazo de cinco dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de quinze dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.
- (B) qualquer pessoa do povo que tiver conhecimento da existência de infração penal em que caiba ação pública ou privada, poderá, por escrito, comunicá-la à autoridade policial, a qual deverá instaurar inquérito policial para apurar os fatos.
- (C) quando o fato for de difícil elucidação, a autoridade poderá requerer ao juiz a devolução dos autos, para ulteriores diligências, que serão realizadas no prazo máximo de cinco dias, se o indiciado estiver preso.
- (D) a autoridade policial fará minucioso relatório do que tiver sido apurado, enviando cópia dos autos ao juiz competente, ao Ministério Público, à Defensoria Pública ou ao advogado constituído pelo indiciado.
- (E) os instrumentos do crime, bem como os objetos que interessarem à prova, acompanharão os autos do inquérito.

**3. FGV - 2022**

De acordo com a alteração determinada pela Lei nº 13.964/2019, o indiciado poderá constituir defensor nos casos em que policiais figurarem como investigados em inquéritos policiais ou qualquer outra forma de investigação preliminar, cujo objeto seja fato relacionado ao uso da força letal:

- (A) desde que praticado no exercício profissional, de forma consumada;